



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**ESTUDO DA RELAÇÃO DE VINCULAÇÃO
MÃE-BEBÉ EM MÃES RECLUSAS E MÃES
NÃO RECLUSAS**

SARA FILIPA DE OLIVEIRA HENRIQUE

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA APLICADA

Especialidade em Psicocriminologia

2012

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria Gouveia Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para obtenção do grau de Mestre na especialidade de psicocriminologia conforme o despacho da DGES, n.º 19673 / 2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

RESUMO

Vários são os autores e as investigações que corroboram a crucial importância da relação de vinculação mãe-bebê, e sua posterior influência/contributo no crescimento e desenvolvimento psicológico, emocional e social da criança.

O presente projeto vai permitir, através de um estudo comparativo e diferencial, compreender de que forma a mãe reclusa desempenha o seu papel como principal cuidadora em contexto prisional, com todas as limitações que o caracterizam, e se o próprio contexto em que se encontram envolvidas (mãe e criança) irá influenciar a criação de uma relação de vinculação que vai estabelecer com o seu filho. Será que a permanência de uma criança, durante os três primeiros anos de vida, num ambiente onde imperam regulamentações e limites, ainda que especiais, vai permitir a criação de um vínculo seguro entre mãe e bebê?

A amostra deste projeto será constituída por 60 sujeitos do sexo feminino com filhos até aos três anos de idade, 30 mães reclusas e 30 mães não reclusas. Para se perceber a dinâmica entre figura materna e bebê em contexto prisional serão, para tal, aplicados: *o Inventário de Perceções Maternas*, *o Maternal Self-Report Inventory* e a *Escala de Sentimentos e Atitudes Maternas*. Vai, também, ser utilizada uma ficha de dados sociodemográficos.

Espera-se que este projeto permita compreender se o contexto prisional irá influenciar, pelo conjunto de características que o representa, a forma como a mãe vai estabelecer/criar um vínculo afetivo seguro com o bebê. A finalidade será a contribuição para o desenvolvimento e implementação de projetos de prevenção primária que impliquem uma atuação precoce junto da díade mãe-bebê, nesta conjuntura específica, como também, ajudar a pensar em situações em que possibilitem criar/proporcionar condições mais favoráveis e adequadas de forma a desenvolver uma relação de vinculação segura.

Palavras-chave: Vinculação; Mães reclusas; Contexto Prisional

ABSTRACT

Several authors and investigations that corroborate the crucial importance of the mother-infant attachment, and its subsequent influence / contribution in the growth and psychological and emotional development of the child.

This project will allow, through a comparative study and differential understand how the reclusive mother plays its role as the primary caregiver in the prison context, with all the limitations that characterize, and is the very context in which they are involved (mother and child) will influence the creation of a binding relationship that will establish with your child. Does the permanence of a child during the first three years of life, in an environment where regulations and limits prevail, albeit special, will allow the creation of a bond insurance?

The sample for this project will consist of 60 female subjects with children up to the age of three, 30 mothers and 30 mothers prison inmates not. To understand the dynamics between mother and baby figure in a prison context will apply: *Maternal Perceptions Inventory*, *Maternal Self-Report Inventory* and the *Feelings* and *Maternal Attitudes Scale*. It will also be used a sociodemographic data sheet.

It is hoped that this project will be of interest primarily to understand whether the prison context will influence the set of features that represents how the mother will establish / create a safe emotional bond with your baby. The purpose is to contribute to the development and implementation of primary prevention projects involving a performance from the early mother-infant dyad, in this specific situation, but also help to think of situations that allow create / provide more favorable conditions and appropriate in order to develop a secure attachment relationship.

Key-Words: Attachment; Recluse Mothers; Prision Context

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. ENQUADAMENTO TEÓRICO	9
2.1. Vinculação: a relação mãe-bebê.....	9
2.1.1. Vinculação e os três primeiros anos de vida.....	11
2.1.2. A qualidade da relação de vinculação.....	12
2.1.3. Comportamentos e Padrões de Vinculação: Seguro e Inseguro	12
2.1.4. Consequências do comportamento de vinculação	14
2.2. As reclusas que são mães	16
2.2.1. Do Código ao Regulamento ‘especiais’: uma breve passagem pela legislação	16
2.2.2. Características das mães reclusas	17
2.2.3. A maternidade e a rotina das mães reclusas (EP Tires e EP Santa Cruz do Bispo)	20
2.4. Vinculação e reclusão: o impacto do contexto prisional	22
2.5. Problema de Investigação	24
	24
3. MÉTODO	
3.1. Características do Estudo	24
3.2. Participantes	25
3.3. Instrumentos	26
3.3.1. Inventário de Percepções Maternas	26
3.3.2. Maternal Self-Report Inventory	27
3.3.3. Escala de Sentimentos e Atitudes Maternas	27
3.4. Procedimento	28
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

ANEXOS

ANEXO I	35
ANEXO II	36
ANEXO III	37
ANEXO IV	38
ANEXO V	39
ANEXO VI	40
ANEXO VII	41
ANEXO VIII	43

“Em vez de “cão”, que nunca viram, ou de “popó”, onde nunca andaram, “prisão”, “precária”, “bófia”, “juiz”, “guarda”, “passa” e “ganza”, são as primeiras palavras que saem da boca das crianças de Tires”.

(Nery, 2011)

“ A criança é a primeira vítima de um crime que não cometeu”.
(Anónimo)

1. INTRODUÇÃO

A literatura é consensual quando se fala sobre a importância da figura materna, bem como, a relação e interação precoces entre mãe-bebê, nos primeiros anos de vida de uma criança. São experiências tão marcantes no crescimento e desenvolvimento que acabam por desenvolver implicações e/ou influências (positivas ou negativas), posteriormente, na infância, na adolescência e na fase adulta.

As crianças são, de acordo com Wertsch (1979), inicialmente dependentes dos outros para exercer a regulação dos seus pensamentos e ações, mas depois sob a influência dos adultos que servem de “andaimes”, as crianças tornam-se cada vez mais capazes de uma auto-regulação efectiva (in Veríssimo & Santos, 2008).

De acordo Soares (2006), *“as experiências, as expectativas, os sentimentos e as ações do sujeito podem ser o resultado dos acontecimentos e situações com que este se confrontou na infância e adolescência”*. A autora sublinha, ainda, que a capacidade de uma mulher para agir como mãe depende muito dos acontecimentos que rodearam desde o seu próprio nascimento, e do modo como a sua própria mãe se ocupou dela durante a primeira infância. Nesta mesma perspectiva Bowlby (1969/1982), veio defender e considerar que *a” vinculação na idade adulta é semelhante à que ocorre durante a infância”* e salientou poucas diferenças entre as crianças e as figuras cuidadoras (in Canavarro, Dias & Lima, 2006).

A importância de uma ‘base’, conceito introduzido por Ainsworth, é, também, uma referência de Soares (2006). Segundo a autora a base surge como que uma construção fundamentada entre relações e laços afetivos com a mãe e a criança. Nesta sequência Canavarro (2001) referiu que, enquanto principal figura de vinculação, a mãe é *a” base para a criação de expectativas sobre o comportamento dos outros, para a construção do conceito de si própria e para a sua própria autorregulação emocional”*.

Considera-se, desta forma, que a literatura é concordante relativamente à primordial importância, desde o início de vida, do papel da figura materna e da interação mãe-bebê, bem como, as implicações futuras desta dinâmica.

A progenitora tendo o papel de principal cuidadora (pela necessidade de alimentação) também o tem na criação de vínculos afetivos com o seu bebé respondendo aos seus desejos, necessidades e desconfortos. Mas nem todas as mães vivem num ambiente favorável, acolhedor e calmo, propício a esta fase precoce e tão importante na vida de uma criança. As mães reclusas são um exemplo da desigualdade de ambientes.

O ambiente da prisão é considerado por muitos como agressivo, barulhento, conflituoso e agitado. “*Sabe-se que a privacidade é reduzida ou mesmo nula, seja pelo olhar de um guarda, seja pelo partilhar a cela, originando uma coabitação penosa*” (Cunha, 1994). De acordo com a autora, a imposição de horários ordena todas as atividades e movimentações quotidianas dentro do estabelecimento prisional, “*(...) todos os passos são estabelecidos, tornando-se dolorosos, estabelecendo a restrição da autonomia individual da reclusa*”.

Na sequência do anteriormente descrito, segue-se a apresentação do presente projeto de investigação que tem como principal objetivo compreender se o contexto prisional vai influenciar, pelo conjunto de características que o representa, a forma como a mãe vai estabelecer/criar um vínculo afetivo seguro com o seu filho.

Deste modo, e de forma a perceber se existe alguma influência na dinâmica relacional mãe-bebé na situação mães reclusas, será apresentada uma breve revisão da literatura sobre a vinculação entre mãe-bebé, e comportamentos, interações e relações entre este par de vinculação, compreendida e contextualizada ao longo da história sob o olhar de diversos autores. Irá, também, ser abordado o tema das mães reclusas, características desta população e algumas das normas e regulamentos, direitos e deveres do meio prisional para esta população em especial. E, seguidamente, será apresentado o problema do projecto de investigação.

No ponto três do projeto, correspondente ao método, serão apresentadas as características do estudo, enunciados os participantes e expostos os instrumentos que se pretendem aplicar. Por último, o procedimento vai indicar como será planificada e como vai decorrer a presente investigação.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Vinculação: a relação mãe-bebé.

A vinculação é um tema que tem suscitado interesse e dedicação, ao longo dos tempos, a inúmeros investigadores, escritores, estudantes e outros curiosos. Contudo, e de acordo com a literatura o que sabe, numa resumida e simples análise, é que a vinculação é muito mais do que um tema de interesse, é muito mais do que conjunto de comportamentos que se estabelecem em díade, é como que um “jogo” de ações, interações e predisposições onde se exploram respostas e se sentem medos, onde se oferecem necessidades e satisfazem desejos.

Bowlby (1984), o grande precursor desta teoria, referiu-se à existência de um comportamento de apego, assumindo que este surge sempre que existam “*dados suficientes de que a criança não só reconhece a mãe mas também tende a comportar-se de modo a obter a proximidade com ela*”. E referiu-se à vinculação como o resultado de as crianças nascerem com “*um certo número de tendências inatas, relacionadas entre si, que as faz procurar o contato direto com um adulto, geralmente a mãe*” (Bowlby, 1982).

Para Canavarro, Dias & Lima (2006), a vinculação caracteriza-se por “*um sistema, permanentemente ativo, que vai permitir a constante monitorização das situações ambientais e a disponibilidade da figura de vinculação*”. Sendo que, estes comportamentos de vinculação se tornam ativos em situações em que haja stress, perigo ou situações novas.

De acordo, Brazelton (1992), a vinculação é, em larga medida, instintiva, no entanto deve ser encarada como um processo contínuo.

Schaffer & Emerson (1964), referiram-se ao comportamento de apego do bebé quando “*ele protesta ou não quando a mãe o deixa por um breve período de tempo e com que veemência o faz*”.

Neste seguimento, Sá (2004) sublinha a peso da existência dos dois elementos - mãe e bebé - como fundamentais na inter-relação no processo de desenvolvimento e, descreve as “*competências maternas como aptidões potenciais de um sistema para captar e integrar informação e emitir sinais ou realizar comportamento*”s.

Os defensores psicanalistas, defendem que é extrema a importância da primeira relação humana na formação da personalidade, e concordam que os primeiros dozes meses são fundamentais para o bebé desenvolver um “*forte vínculo com a figura materna*” (Bowlby, 1998).

Quando se explora esta temática, tão sensível e delicada, pode verificar-se que a literatura é vasta e diversificada, mas entende-se, da mesma forma, que o principal objetivo, entre os autores, é consensual. Mais do que alcançar resultados, interessam recolher dados significativos e válidos

que expliquem e permitam perceber como surge e se desenvolve esta dinâmica relacional entre mãe-bebé e que fatores/variáveis lhes estão subjacentes.

Neste seguimento Ainsworth (1963, 1967) vem salientar, na sequência dos seus estudos, que a proximidade (que se observa entre o bebé e a mãe,) verifica-se, essencialmente, “*quando a mãe sai do quarto e o bebé chora, ou chora e tenta segui-la (...) comportamento comum até aos seis meses de idade*” (in Bowlby, 1984). Segundo a autora, entre os seis aos nove meses estes comportamentos revelam-se com maior regularidade, como se o apego fosse “*mais forte e solidificado*”; e até aos dois anos de idade as crianças tendem a manter estes comportamentos.

De acordo com Sá (2004), desde o nascimento, o bebé e a mãe interagem complementarmente em sequências comunicativas marcadas por sucessivos *feed-backs* que conduzem ao equilíbrio desejado ou desejável. Conforme o autor, este equilíbrio é observável na cuidadosa e prolongada sequência interactiva entre a mãe e o bebé, mostrando uma sincronização muito grande entre os comportamentos motores e verbais da díade desde os primeiros dias de vida. Nesta sequência, Bowlby (1984) referiu-se à existência de equilíbrio dinâmico entre mãe-filho.

Por sua vez, Gleitman (1999), referiu que “*se, por um lado, produz um sorriso social e fica calmo, emite pequenos murmúrios quando está satisfeito (a partir das seis semanas), por outro, entre os seis e oito meses (quando começa a saber quem é a mãe) chora e inquieta-se quando a vê partir*”. Concordante com este pensamento, Sá (2004), sublinha que “*é neste processo que o bebé vai acompanhar e modelar o comportamento maternal ao potenciar as suas próprias capacidades*”.

Já David (1977) descreveu, de forma concisa, as descobertas e explorações iniciais, que tão precocemente, são desenvolvidas pelo bebé: “*a primeira procura e contacto são feitos pela boca e pelo contacto físico proporcionados pela amamentação, pelo colo e pelo toque. Lentamente, vai conhecendo isoladamente o peito, o leite, o braço, a cara, a voz da progenitora. O prazer de a ouvir, de a ver, de estar nos seus braços, embora nascido do prazer da alimentação, converte-se num prazer autónomo. É através da alimentação e dos cuidados de que é objeto que a criança começa, a pouco e pouco, a conhecer a mãe e o mundo que a rodeia. É a partir daí que se definem e intensificam as sensações de prazer ligadas à sua presença*”.

É, então, claramente manifesto, entre os vários defensores do presente tema, o prazer que o bebé evidencia em estar com a mãe e em interagir com ela, observáveis desde cedo.

Nesta sequência Bowlby (1984) veio distinguir a teoria do comportamento instintivo. Este comportamento pressupõe que o vínculo que a criança estabelece com a mãe é resultado “*da atividade de um certo número de sistemas comportamentais que têm a proximidade com a mãe como resultado previsível*”. O autor refere, também, que tais sistemas comportamentais se desenvolvem no bebé como consequência das interações com o meio ambiente e com a sua mãe; e, desta forma, é a

”ativação” desses mesmos sistemas que vai dar origem ao comportamento de apego. Nesta linha de ideias, e confirmando a importância do papel da principal cuidadora (mãe), Brazelton & Cramer (1990,1992) referiram que *“o papel é exigente, mas, para o bem e para o mal, o acesso a ele já foi modelado pela nossa experiência passada, ou seja, ter sido criado pela mãe e pelo pai”*.

Bowlby (1958, 1984), também, considerou e descreveu, seis respostas que se podem observar nas crianças e que sugerem um comportamento de apego: o chorar e o sorrir *“tendem a aproximar a mãe do bebê e a mantê-la junto dele”*; o seguir e o agarrar *“têm o efeito de levar o bebê até à mãe e retê-lo junto dela”*, o chamar através de *“apelos breves e agudos e mais tarde chamando pelo nome”* e, a sucção *“é menos facilmente categorizado”*, salienta o autor.

2.1.1. Vinculação e os três primeiros anos de vida.

Sobre o tema vinculação, os autores e os estudos são concordantes e acentuam os três primeiros anos de vida, como sendo os primordiais no desenvolvimento da criança.

Nóbrega, Falcone, Nascimento & Mader (2005) consideram os *“três primeiros anos de vida de uma criança como o período decisivo na formação de aptidões sensoriais, motoras, emocionais, cognitivas ou psicossociais”*. Os autores salientam, também, a relevância e a necessidade da criança ter um ambiente que lhe transmita confiança, amor, atenção, afeição, oportunidades, para brincar e fazer descobertas. É, portanto, fundamental sublinhar o quão relevante é a estimulação da criança, desde a mais precoce idade. É, nomeadamente, durante uma brincadeira que a criança desenvolve capacidades importantes como a atenção, memória, imaginação, imitação, entre outras, fundamentais para o seu processo de aprendizagem.

Relativamente à variável idade e ao comportamento de apego, Bowlby (1981) referiu que no segundo ano de vida e na maior parte do terceiro este comportamento *“não revela menos intensidade nem menor frequência do que no final do primeiro ano”*, fato indicador do *“aumento da capacidade perceptiva da criança e da sua aptidão para compreender os acontecimentos à sua volta”*. Nesta perspectiva o autor referiu, ainda, que até a criança completar os três anos de idade, esses sistemas comportamentais (de apego) vão sendo regularmente ativados e, a partir daí, a tendência haver cada vez menor ativação desses comportamentos.

No final do terceiro ano começa, então, a verificar-se uma mudança, marcada pela entrada na escola, com o início de atividades e brincadeiras a que se dedicam e com o contato de uma figura nova, a educadora: *“a maior parte delas mostra-se consternada quando as mães se vão embora (...) o choro pode durar alguns minutos (...) permanecem caladas, inativas e exigindo constantemente a atenção da professora”* (Bowlby, 1984). Segundo o autor, após completar três anos, a criança já aceita com maior facilidade a ausência da figura materna, *“torna-se cada vez mais apta, num lugar estranho, e a*

sentir-se segura com as figuras subordinadas de apego”; contudo, ainda assim, “*o comportamento de apego não deixa de ser uma parte importante do comportamento*”, sendo que “*durante todo o período de latência (...) continua sendo um traço dominante na vida de uma criança.*”

2.1.2. A qualidade da relação de vinculação

Se, se consideram, os primeiros três anos de vida do bebê como a base fundamental para as relações que este vai estabelecer na sua vida futura; será, da mesma forma, importante explorar se existem implicações resultantes da qualidade de vinculação que criou com a figura cuidadora.

Relativamente à qualidade da vinculação entre mãe-bebé Veríssimo, Monteiro & Santos (2006) salientaram que a qualidade da vinculação é o produto da história específica da interação diádica, ou seja, é uma característica da relação e não da criança. De acordo com um estudo realizado, as autoras concluíram que na relação entre a qualidade de vinculação da criança à figura materna e à figura paterna não existem diferenças, ou seja, as crianças consideradas mais seguras com a mãe também o são com o pai. Desta forma, os dados recolhidos remetem para a importância do papel e da figura paterna na vida no crescimento e desenvolvimento da criança. Veríssimo, Monteiro & Santos (2006)

Da mesma forma Canavarro (2001), sublinha que “*a qualidade das relações que as mães estabelecem com os seus filhos tem algum valor preditivo em termos do seu desenvolvimento embora não sejam o seu único determinante*”.

A qualidade de vinculação mãe-bebé foi, também, empiricamente definida por Ainsworth e seus colaboradores, em termos da “*capacidade do bebé usar a mãe como uma base segura a partir da qual pode explorar ou procurar conforto em situações de angústia*” (in Pimentel 1999).

Tobin (1998) citou que o “*único limite para a “boa mãe” parece ser a sua capacidade pessoal de sacrificar as suas próprias necessidades – de privacidade, espaço, tempo, e coisas materiais – em favor das do seu filho*” (in Canavarro, 2001).

A vinculação e a sua qualidade é, assim, um processo contínuo que nasce com a criança, que se estabelece e desenvolve entre a díade mãe-bebé e, mais tardiamente, se prolonga com o pai e com a família próxima, amigos, namorado e um dia com o próprio filho.

2.1.3. Comportamentos e Padrões de Vinculação: Seguro e Inseguro

A compreensão e perceção da resposta de uma criança, perante a separação ou a perda da figura da mãe, resultam do vínculo que o une a essa mesma figura. Resumidamente, a literatura indica que na presença da mãe a criança, geralmente, sente e mostra-se confiante e com iniciativa para explorar, porém na sua ausência, revelam timidez e rendem-se a uma intensa aflição. Nesta

sequência, relativamente à temática dos padrões de vinculação, e dos comportamentos que daí são observáveis; Bowlby (1984), salientou que o padrão adotado pela criança depende, essencialmente, “*das inclinações iniciais que o bebé e a mãe levam para a parceria e, em parte, o modo como cada um deles afeta o outro durante o seu inter-relacionamento*”.

É diversificada a literatura, e muitos são os autores, que se ocuparam e preocuparam em discriminar os mais diversos comportamentos (respostas) da criança com a sua mãe, ao longo do seu desenvolvimento, face às mais diversas situações e adversidades do dia a dia. Mas, sobretudo, entendeu-se de forma organizadora e construtiva agrupar essas mesmas respostas e definir padrões de forma a uniformizar e enquadrar essas respostas.

Os padrões de vinculação, a que Bowlby designou por comportamento de apego, (1984) registam as seguintes formas: “a) “*comportamento que inicia a interação com a mãe*”; b) “*comportamento em resposta às iniciativas de interação da mãe*”; c) “*comportamento destinado a evitar separações (...) seguir, agarrar, chorar*”; d) “*comportamento ao reunir-se com a mãe após uma separação tensionante*”; e) “*comportamento exploratório*” e f) “*comportamento de retirada (medo) em relação à figura materna*”.

Já, Ainsworth com o objetivo de clarificar as diferenças na organização do comportamento de apego, de um bebé com doze meses, na presença e na ausência da mãe, perante uma sala confortável e apelativa, mas desconhecida, descreveu o procedimento de situação estranha (in Bowlby, 1984). Através das observações efetuadas, discriminou dois tipos de apego: o “*bebé seguramente apegado*” (padrão seguro) e o “*bebé inseguramente apegado*” (padrão inseguro). O primeiro enquadró-o nas situações em que o bebé consegue explorar livremente numa situação estranha recorrendo à sua mãe com uma base segura. Definiu o fenómeno base segura como sendo o elemento crucial da vinculação ao longo da vida. Mais precisamente, o sentimento da criança à sua figura de vinculação, que está disponível para atender às suas necessidades e onde pode encontrar um ambiente harmonioso e tranquilo o suficiente para o poder explorar com confiança (Bowlby, 1998). Já o segundo tipo, abrange as crianças que não fazem explorações, mesmo quando a sua mãe está presente; mostram-se alarmadas sempre que aparece um estranho e sentem-se desamparadas e desorientadas na ausência da mãe (Bowlby, 1984).

Contudo, após uma minuciosa análise e aplicados alguns critérios, Ainsworth e colaboradores (1978), validaram três padrões, principais, de apego. O padrão B, “*bebés seguramente apegados à mãe*” revela-se quando as crianças são ativas nas brincadeiras, procuram contato/proximidade quando se sentem afligidos por uma curta separação e, depois de se sentirem confortados continuam nas suas atividades lúdicas. O padrão A, reflete a situação bebés “*ansiosamente apegados à mãe e esquivos*”. Estes evitam o contato com a mãe após uma segunda breve

ausência, e tratam os estranhos de forma mais amigável do que a sua própria mãe. O padrão C, Ainsworth, denominou “*bebés ansiosamente apegados à mãe e resistentes*”, e verifica-se quando a criança varia entre a procura de proximidade com a mãe e a resistência ao contato e interação com ela (Bowlby, 1984).

Para Bowlby (1981) uma vinculação segura implica a “*mãe ser consistente nas suas qualidades para interpretar os sinais do bebé e de lhe responder de forma adequada*”.

Na mesma sequência, Ainsworth (2000), referiu-se à relação de vinculação segura como sendo uma relação que facilita o funcionamento e competência fora da relação.

Por padrão de vinculação seguro, entende-se então, a interação da figura de vinculação marcada por proteção e conforto em situações adversas para a criança. Por outro lado, assumem-se padrões de vinculação inseguros os que são acompanhados por rejeição ou inconsistência, pela figura de vinculação (Canavarro, Dias & Lima, 2006)

2.1.4. Consequências do comportamento de vinculação

Se, por um lado, a literatura é concordante quanto à importância do papel da figura materna nos primeiros anos de vida de uma criança; também o é, quando se abordam as suas consequências no desenvolvimento.

Para Gottlieb (1991) a criança é ao mesmo tempo um arquitecto e um produto das estruturas sociais que o rodeiam. O crescimento individual é conjuntamente determinado pela sua experiência precoce e por constrangimentos imediatos do contexto desenvolvimental. (in Veríssimo & Santos, 2008).

Neste seguimento, Bowlby (1984) veio sublinhar a extrema importância, e preocupação, relativamente à influência do comportamento de vinculação no desenvolvimento da criança, citando que: “*se o desenvolvimento satisfatório do comportamento de apego é tão importante para a saúde mental (...) então há necessidade urgente de distinguir o desenvolvimento favorável do desfavorável, e (...) conhecer que condições promovem um ou outro*”. Chegou, inclusivamente, a relacionar uma série de variáveis para um estudo relativo a esta temática, tais como “*técnicas de alimentação, desmame, treino de hábitos de asseio pessoal*”, contudo assumiu-se que, apenas, existe “*uma relação indireta com o comportamento de apego*”. Porém foi, para Bowlby (1984), a condição de “*sensibilidade*” da figura materna, a primordial. Sensibilidade “*para responder aos sinais do bebé*”; e “*quantidade e natureza da interação*” entre mãe-bebé como sendo estimuladoras, ou não, para o desenvolvimento do apego.

Baseando-se nos seus estudos, Bowlby defende, também, a existência de uma forte relação causal entre as vivências de um indivíduo com os seus pais e a sua posterior capacidade de criar vínculos afetivos. Alterações que são atribuídas à forma como os pais desempenharam as suas

funções e que podem originar, mais tardiamente, problemas de ordem relacional (no matrimónio e com os filhos), bem como, sintomas neuróticos e desordens da personalidade.

Relativamente à aplicação clínica da teoria do apego, Bowlby (1982), veio referir a existência de uma *“tendência para seres humanos estabelecerem fortes vínculos afetivos com outros seres particulares”* e, por sua vez, explicou que *“múltiplas formas de afeição emocional e transtorno da personalidade, tal como, a ansiedade, a ira a depressão e o desapego emocional poderão emergir em situações de separação e, perdas não desejadas”*. Acrescentando que a teoria do apego ressalva o fato de muitas formas de transtorno psiquiátrico serem atribuídas a desvios no desenvolvimento do comportamento de apego.

Nesta linha de pensamentos, Ainsworth (1978), afirmou que *“as emoções vividas pela criança na presença da mãe vão regular as futuras tentativas de estabelecer contato social com outras pessoas e, este sentimento de segurança sentido pela criança vai permitir-lhe explorar o mundo físico e social de uma forma cada vez mais autónoma”* (in Veríssimo, Monteiro & Santos, 2006).

Para Canavarro (2001), maternidade e gravidez assumem-se, então, como um *“constructo que tem por base as experiências de vinculação durante a infância e adolescência”*. Este pressuposto vai ao encontro do que foi defendido por Main (1985) que fez referência ao impacto intergeracional como tendo influência na segurança e regulação emocional experimentadas (in Canavarro, 2001).

Segundo Bowlby (1982), a experiência familiar dos indivíduos que desenvolvem uma vinculação segura, é caracterizada pelo suporte parental, especialmente em situações de dificuldade, mas também pelo respeito da sua individualidade, encorajamento da autonomia e pela comunicação aberta sobre as experiências de vinculação. Por outro lado, a experiência familiar dos indivíduos que desenvolvem uma vinculação insegura, é caracterizada pelo comportamento rejeitante da figura de vinculação, pela incerteza quanto ao apoio parental e pelas fortes pressões parentais distorcidas e muitas vezes encobertas (Soares, 2006).

Para Bowlby (cit. por Gleitman, 1999), qualquer perturbação da vinculação inicial da criança à mãe tornará a pessoa emocionalmente mais insegura, no futuro. Refere, ainda, que a continuidade da relação da criança com a primeira figura de vinculação é um elemento necessário para a saúde mental desta.

Criança e mãe envolvem-se, então, numa díade de interações, vivências e experiências tão intensas que parecem infinitas e tão coesas que parecem ser saudavelmente inseparáveis.

A perspectiva de Bowlby (1990, in Gleitman, 1999), pressupõe, também, que *“crianças que foram criadas várias horas (mais de 20 horas semanais) fora de casa durante o seu primeiro ano de vida, tendem a revelar maior probabilidade de revelar padrões de vinculação insegura”*.

De acordo com Veríssimo & Santos (2008), *“para que seja assegurado um crescimento óptimo, o processo de desenvolvimento humano requer um ambiente social suficientemente estimulante”*. Na mesma linha

de orientação, Lickliter & Berry (1991) vêm referir que, conjuntamente com outros factores, “*os ambientes sociais possuem uma organização e uma coerência interna próprias que têm implicações funcionais no crescimento e no desenvolvimento*” (cit. por Veríssimo & Santos, 2008).

Da mesma forma Strayer (1989), faz referência às diferenças precoces na experiência social, uma vez que estas “*podem criar e manter diferenças qualitativas nas trajetórias de desenvolvimento numa mesma população de crianças*” (in Veríssimo & Santos, 2008). Também sublinhando o desenvolvimento social, Gleitman (1999), indica que este se inicia com o “*primeiro vínculo humano que é considerado como a base de todas as relações posteriores*”, da vinculação do bebé à pessoa que cuida dele. Para o autor, o bebé quer estar perto da mãe e, quando não está bem, fica confortado com a sua imagem, o seu som e o seu contacto.

É, desta forma notório o consenso, entre os autores, relativamente às implicações que posteriormente se refletem na relação de vinculação diádica, mãe-bebé. Tendo em conta a pertinência destes dados é fundamental dar-se-lhes continuidade e começar, talvez, a pensar em estratégias de forma a prevenir alguns comportamentos que poderão denominar-se de factores de risco.

2.2. As reclusas são mães:

2.2.1. Do Código ao Regulamento: uma breve passagem pela legislação.

A Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), antes Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), entrou em vigor a 28 de Setembro mediante o decreto-lei n.º 215/2012 de forma a permitir “*uma intervenção centrada no indivíduo desde a fase pré -sentencial até à libertação, preparando, em colaboração com os serviços do setor público e privado, de oportunidades de mudança e de reinserção social, diminuindo as consequências negativas da privação da liberdade e reduzindo os riscos de reincidência criminal*” (in Diário da República, 1.ª série — N.º 189 — 28 de setembro de 2012).

Para a mulher, que usufrui também do estatuto de mãe, a lei prevê condições específicas e adequadas como descreve o art.º 9, n.º 1, “*os estabelecimentos prisionais podem ser constituídos em função da situação jurídico -penal, sexo, idade, saúde física e mental e outros factores tendentes à especialização ou individualização do tratamento prisional do recluso*”(Código da Execução das Penas e Medidas Preventivas de Liberdade).

Depois da sentença, segue-se o cumprimento da pena. Contudo, é fundamental não descurar que, ainda que limitativos e com menor abrangência, também a população reclusa beneficia de direitos e, também, de deveres. É, nesta linha de orientação que, às reclusas que são mães é-lhes concebido “*o direito a manter consigo filho até aos 3 anos de idade ou, exceccionalmente, até aos 5 anos de idade, com autorização do outro titular da responsabilidade parental, desde que tal seja considerado do*

interesse do menor e existam as condições necessárias” (artº 7, n.º 1, alínea g, da lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro, Código da Execução das Penas e Medidas Preventivas de Liberdade).

A pensar nos direitos da criança, no seu bem-estar, num crescimento e desenvolvimento harmonioso e saudável mas, também, na promoção de competências maternas na mãe reclusa adaptou-se uma regulamentação. No entanto, estas crianças sem terem praticado qualquer tipo de comportamento qualificado pela lei como crime, tiveram, inocentemente, a mesma sentença: a pena de prisão. Se, tão positivamente, está previsto na lei que mães reclusas sejam detentoras do direito das suas crianças permanecerem consigo até aos três anos de idade, então é da mesma forma justo pensar-se e agir-se conforme os direitos destas crianças.

Sabendo que as mães reclusas, com filhos menores, têm condições especiais dentro dos EP, também o têm no alojamento conforme o transcrito no art.º 244, n.º 1 *“o espaço de alojamento do recluso que tem consigo filho menor situa-se em zona do estabelecimento prisional destinada para esse efeito, separada dos alojamentos dos demais reclusos”*, relativo ao mesmo tema refere, ainda, o n.º 2 que *“o espaço de alojamento é dotado do mobiliário e equipamento necessários à permanência do menor e têm a dimensão adicional adequada”* (in Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais).

O RGEP salienta, ainda que, no n.º1, do art.º 245, *“(…) é permitido ter ainda no seu espaço de alojamento os produtos de puericultura e higiene infantil, o vestuário do menor e brinquedos, nas quantidades e tipos determinados pelo diretor do estabelecimento prisional”*.

No respeito à alimentação, o art.º 246, n.º 3 indica que *“as refeições do recluso com o filho menor são tomadas em local próprio, separado dos demais reclusos”*.

Se por um lado, a Direção Geral dos Serviços Prisional previu e concretizou uma legislação “especial” para estas reclusas, tendo em atenção as necessidades e o bem-estar das crianças, promovendo uma relação próxima com a família significativa, conforme o transcrito no art.º 250, n.º 1, do título V, denominado Visitas *“ nos casos em que os progenitores do menor estejam em cumprimento de pena (...) são permitidas visitas entre o casal e o menor, para manutenção dos laços familiares”*; por outro, limitou brutalmente essa mesma proximidade como pode confirmar o n.º 2 *“sempre que possível, as visitas previstas no número anterior têm uma periodicidade quinzenal”*.

2.2.2. Características das mães reclusas

A mulher reclusa é, do ponto vista social e cultural, muitas vezes julgada e assemelhada a uma pessoa delinvente, alguém que cometeu um crime. É, também, por vezes, associada e considerada uma pessoa com baixo estatuto sócio económico, que habita num bairro social, com baixas qualificações académicas, dificuldade na aceitação de regras e norma sociais vigentes, com uma fraca estrutura familiar, poucos laços afetivos com os que a rodeiam, e detentora de alguma

instabilidade. Serão apenas percepções que se resumem a mitos, estereótipos ou até pensamentos preconceituosos? Ou serão características representativas desta população específica?

Nesta ordem de ideias, e conforme o que vem descrito na literatura, estas mulheres provêm, muitas vezes, de classes sociais baixas (Veríssimo & Santos, 2008). De acordo com Serra & Pires (2004), a maioria destas mulheres são “*oriundas de famílias desestruturadas e desorganizadas, o que irá reflectir-se posteriormente no seu desempenho da maternidade*”. Estes autores referem, também, que o “*comportamento interactivo das mães provenientes das classes média e alta é mais adequado do que em mães pertencentes à classe baixa*”.

Sousa (2004), na mesma direcção, vem sublinhar a probabilidade que estas mulheres têm de passar por períodos de depressão. E, para Pires (1990, cit. por Serras & Pires, 2004) “*as mães depressivas tendem a estar mais centradas em si, a ser menos atentas ou disponíveis, menos responsivas, mais restritivas ou mesmo punitivas, ou ainda ter um comportamento intrusivo, factores tão importantes para a qualidade da relação*”.

Da mesma forma, Sá (2004) salienta que mães deprimidas, ou com comportamento fóbicos ou rejeitantes, ou de grande sensibilidade face às rejeições do bebé oferecem um défice de estimulação, impondo um corte na interacção, mostrando-se insensíveis aos convites do bebé e são incapazes de os estimularem. Ou seja, mães depressivas podem propiciar às crianças um ambiente mais hostil, rejeitante e indiferente (Colleta, 1990; in Serras & Pires, 2004).

Se por um lado, os autores defendem que o meio prisional poderá ser um forte impulsionador para a mãe reclusa desenvolver sintomas depressivos; contrariamente, há quem conclua que as mães reclusas optam por ter consigo os filhos, intra muros, “*utilizando-os*” como fator protetor, exactamente para prevenir sentimentos de isolamento e tristeza. Neste seguimento, segundo a psicóloga de Tires, “*(...) para aguentar a pena, ter um filho é um suporte. Ajuda a passar o tempo, alivia a tensão, atenua o sofrimento. Algumas reclusas vêm acompanhadas pelas crianças para ganhar regalias e para suportarem melhor a reclusão*” (in Nery, 2011). Convergente com esta opinião é Cunha (1989), baseando-se no projeto que desenvolveu através do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) no EPT refere que, muitas vezes, a “*presença dos filhos amortece o choque e suaviza a vivência da prisão*”.

Um estudo produzido pela Universidade do Nebraska em 2009, veio confirmar esta mesma teoria afirmando que a presença dos filhos, nos estabelecimentos prisionais, ajuda as reclusas a reabilitarem-se, diminuindo, dessa forma, a reincidência (in Nery, 2011). No entanto, em Portugal não existem estudos que investiguem esta temática. A autora indicou, também, que o bom desempenho do papel de mãe implica uma subida de estatuto, dentro do próprio meio prisional, através da entrega de presentes às crianças, da inibição de discussões em voz alta, evita-

se o excesso de fumo, entre outras. Mas se, por um lado, estas reclusas são merecedoras de um estatuto diferente; por outro, também são alvo de maior controlo e vigilância. Mais precisamente, “*estas mães sofrem de um controlo acrescido pelas guardas que frequentemente interferem no tratamento das crianças*”, contudo esta exigência “*nem sempre é aceite pela própria mãe*” (Cunha, 1989).

Recorrendo a uma abordagem quantitativa, em que as estatísticas sobre as reclusas imperam, pode analisar-se que, de acordo com o Relatório Anual de Atividades da DGSP (2010), a 31 de Dezembro, desse ano, 282 era o número correspondente à população reclusa feminina no Estabelecimento Prisional de Tires (EPT) e 14 era o número de crianças nessa mesma instituição. Em 2011, 16 eram as crianças que ‘habitavam’ a Casa das Mães (Nery, 2011) No Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, na mesma data, existiam 263 reclusas. Dados mais recentes (1.º trimestre de 2012) indicam um ligeiro aumento da população feminina reclusa de 5,4% para 5,6%, comparativamente com o 1.º trimestre de 2010.

Caracterizando as reclusas quanto à sua faixa etária, os dados indicam que a maioria das reclusas, com nacionalidade portuguesa, tem entre os 30 e os 39 anos de idade (30,6%, N=173).

Relativamente às suas habilitações literárias 30.8% têm o 1.º ciclo, 20% o 3.º ciclo, 15.6% o 2.º ciclo, 10.6% não sabe nem ler nem escrever, 9.7% têm ensino secundário, 9.6% sabe ler e escrever e 1.6% têm o ensino superior. De acordo com a nacionalidade, a grande maioria (75.74%), 565 das reclusas são portuguesas.

Ao analisar a situação penal das reclusas, constatou-se que 76.3% estavam em situação de cumprimento de pena e 23.7% se encontram em situação preventiva. Relativamente às penas 35.5% têm uma moldura penal de 3 a 6 anos, 25.5% têm uma moldura penal de 6 a 9 anos e, por último, 12.1% das reclusas vão cumprir pena entre 1 a 3 anos.

Quanto aos crimes praticados pelas reclusas, 41.8 por cento foram crimes relativos a estupefacientes (tráfico 38.%), 22.7% crimes contra o património (furto simples e qualificado 10%) e 19.5% foram crimes contra as pessoas (homicídios 10%).

Fazendo uma breve análise dos dados descritos anteriormente, estes indicam que o número de reclusas têm vindo a aumentar nos últimos anos. Os valores mais significativos e relevantes são: na idade predomina entre os 30 e os 39 anos, na escolaridade o 1.º ciclo, na moldura penal é dos 3 a 6 anos e os crimes praticados são, maioritariamente os relacionados com estupefacientes.

É de salientar que, comparativamente com as últimas décadas a literatura refere que está a começar a observar-se uma ligeira diminuição do número de crianças que permanecem com as mães nos estabelecimentos prisionais. Os motivos poderão ser diversos, porém a variável idade (dos filhos) será certamente um deles.

2.2.3. *A maternidade e a rotina das mães reclusas (EP Tires e EP Santa Cruz do Bispo)*

A reclusão na mulher coloca problemas particulares, nomeadamente, o da maternidade. De acordo Serras & Pires (2004), não só a reclusa mas também “*a própria criança e a própria interação entre ambas, poderão ser influenciadas pelo meio prisional onde estão inseridas*”.

Tendo em consideração a variável género e o fator materno, e o importante papel desta figura na satisfação de necessidades, na criação de laços afetivos essenciais a um desenvolvimento saudável, o estabelecimento prisional promoveu a proximidade de mãe-filho até ao limite dos três anos de idade, na tentativa de cultivar nas reclusas sentimentos de responsabilidade maternal e promover competência. Desta forma, as reclusas além de desempenharem o seu papel de mãe ocupam, em conjunto com outras reclusas que não mães (no EP), os dias com rotinas proporcionadas de acordo com o regulamento interno estabelecido. São, portanto, diversas as atividades com que se mantêm ocupadas diariamente as reclusas do EP de Tires e do EP Santa Cruz do Bispo. O principal objetivo será sempre a aquisição e a promoção de competências pessoais, sociais, educacionais, profissionais, domésticas, maternas, entre outras, sempre com vista à sua futura reinserção e resocialização.

Relativamente à promoção social da mulher reclusa, Cunha (1994), refere que há que considerar o problema quando acompanhadas dos filhos tendo em conta a assistência que a própria mãe é levada a dispensar-lhes. Os filhos com idades mais baixas, ficam junto das mães de forma a manter e desenvolver nelas o sentido das suas naturais responsabilidades.

De acordo com o Relatório de Atividades de 2010 (in DGSP), ao nível da educação, a população reclusa feminina ocupou-se no curso EFA (32), no curso de alfabetização (7), no curso CEF (14), no curso tecnologias de informação e comunicação (28) e uma reclusa inscreveu-se no ensino superior, n curso de Direito. Já ao nível laboral sabe-se, de acordo com a mesma fonte, que 64% da população reclusa ocupou-se nos seguintes setores: manutenção e oficinas internas (lavandaria), jardinagem e empresas. Relativamente, à formação profissional foram promovidos o curso de jardinagem e espaços verdes e o de ajudante de cozinha. Quanto à ocupação de tempos livres (OTL), as reclusas ocuparam-se com atividades físicas, sessões de leitura, música e debates, formação de um grupo coral, ações de sensibilização e informação sobre recolha de lixo, exposições de artesanato e organização/realização de eventos comemorativos (Dia da Criança, Dia da Mulher, Páscoa e Natal).

De acordo com a informação recolhida acerca da ocupação e rotinas das reclusas nos EP percebe-se que são várias as atividades e ocupações oferecidas. As outras rotinas relativas à alimentação, alojamento, abarcam algumas especificidades, diferenciadas das reclusas que não são mães, conforme o já citado na respectiva legislação.

Se, por um lado, é permitida a permanência de crianças, até aos três anos de idade, junto das mães reclusas; por outro lado, são-lhes proporcionadas as condições mínimas de conforto no espaço físico onde vão coabitar.

De acordo com descrito no Relatório de Actividades de 2010 (DGSP), as mães reclusas no EP de Tires permanecem, então, com os seus filhos num edifício autónomo do das restantes reclusas mais conhecido por “Casa das Mães”. O edifício “Casa das Mães” surgiu para dar resposta e acolher as reclusas em período de gestação ou com filhos até aos três anos de idade, e é neste edifício que as reclusas ficam com os filhos durante a noite e aos fins de semana. A cela na “Casa das Mães”, tem ligeiras diferenças em relação às dos outros edifícios a pensar sobretudo no bem-estar da criança, é composta por quartos com janelas e com camas para os filhos, um armário extra, cortinas mais escuras e um interruptor interno, e é-lhes concedida a confiança de ficarem com a chave do próprio quarto criando, assim, uma aproximação saudável mãe/filho(a), e fomentando um ambiente propício ao crescimento destas crianças. Segundo Nery (2011), *“dentro da cela há espaço para uma estreita cama individual e um berço mais pequeno do que o habitual, separados por uma apertada passagem entre a janela e a casa de banho. (...) onde se obrigam crianças a passar mais de metade do seu dia num cubículo onde não podem dar mais do que seis passos”*. A manhã, em Tires, é despertada às 8:05 com a contagem das reclusas. São 13 o número de horas que as crianças de Tires estão fechadas nas celas (in Nery, 2011).

Autónoma ao edifício prisional, existe uma creche onde as crianças ocupam seu dia enquanto as mães estão nas suas actividades laborais, e no final do dia estão com as mães com quem pernoitam, nas celas.

Contudo, mesmo sendo um edifício autónomo pelos motivos anteriormente descritos, nem sempre é portador de um ambiente calmo, dentro da prisão, o ambiente é considerado por muitos como agressivo, conflituoso, demasiado barulhento e agitado. tal como referiu uma reclusa: *«No piso das mães há muito barulho e os miúdos estão constantemente a assistir às suas zangatas (...)»* (Cunha, 1994; in Serras & Pires, 2004).

Em Tires quando atingem os 3 anos vão para a Casa da Criança, mesmo partilhando o mesmo muro é um, edifício autónomo. Ir para a Casa da Criança é ficar livre de grades, é ter mais liberdade, mas é, sobretudo mais uma punição para a criança que ao ser separada da mãe passa, apenas, a receber as suas visitas as visitas uma vez por semana (in Nery, 2011).

Na Casa da Criança está previsto o acolhimento de crianças, dos 3 aos 8 anos de idade, os filhos das reclusas e outras crianças encaminhadas pela Segurança Social no âmbito de Processos de Promoção e Protecção. Segundo Nery (2011), em 2011, dos 14 menores que ali residiam, quatro eram filhos de reclusas. De acordo com Carla Semedo (diretora da Casa), os filhos vêm

bem estruturados em termos emocionais, “(...) *têm referências internas porque houve uma relação muito vinculada e segura com as mães (...) o que lhes falta é a estimulação cognitiva*”. Salienta, ainda, que “*vêm com medo de estar em grupo, lá são fechados (nas celas) às 19 horas*”, “*quando fazem visitas ao exterior ficam muito ansiosos por causa do barulho, até os carros lhes fazem confusão*” (in Nery, 2011).

Já os menores do EP Santa Cruz do Bispo, em 2011 eram 16, vivem uma realidade distinta, aos 3 ou aos 5 anos são obrigados sair, consoante as famílias e as garantias de apoio dadas fora de muros (in Nery, 2011). O afastamento, incompreensível aos olhos da criança, soma mais um trauma.

Em 1997, eram 65 as crianças, filhas de reclusas, que permaneciam no Estabelecimento Prisional de Tires (Sá, 1997, *Revista Prisões*). A 31 de Dezembro de 2010 são 14 as crianças que permanecem com as suas mães no mesmo Estabelecimento Prisional (Relatório de Actividades de 2010 - Direcção Geral dos Serviços Prisionais).

Em suma, de acordo com Nery (2011), no ano de 2011 as crianças, que residiam nos EP especiais (Tires e Santa Cruz do Bispo) perfaziam um total de 49. (16 em Santa Cruz do Bispo, 19 em Tires na Casa da Mãe e quatro na Casa da Criança)

Sabe-se que vários são os factores que vão influenciar por todas as dimensões que representam a forma como a mulher desempenha o papel da maternidade. Sejam eles de ordem cultural, social, económica, transgeracionais, de personalidade, porém o contexto é o que se destaca.

2.4. Vinculação e reclusão: o impacto do contexto prisional

São, alguns, os estudos realizados em Portugal que focam o seu interesse no contexto prisional e o desempenho da maternidade. Bebés que crescem num mundo que não é o seu, mas estar perto da sua figura materna é uma decisão que persiste. Qual deste terá mais peso/significância na vida de uma criança, se quisermos ter em conta um crescimento e desenvolvimento saudáveis e harmoniosos: a figura mãe ou o contexto? Os dois juntos, certamente que seria o ideal!

“*Por muitas crianças que baja, as cadeias continuam a ser locais onde se fecham – e escondem - pessoas consideradas perigosas para a sociedade mesmo que com elas seja preciso enclausurar bebés e crianças*” Nery (2011).

Conforme Serras & Pires (2004), a “*vivência prisional sentida por estas mulheres como traumática juntamente com o sentimento de culpa por terem junto de si os seus filhos, vai promover uma grande probabilidade de passarem por períodos de depressão*”.

Neste seguimento, a literatura aponta que as mães depressivas tendem a ser menos atentas ou disponíveis, menos responsivas, mais restritivas ou mesmo punitivas, ou ainda, manifestar um comportamento intrusivo (Figueiredo cit. por Serras & Pires, 2004). Desta forma, os mesmos autores salientam que *“a gestão da relação mãe-criança está “entregue” à lógica e regras que regem a dinâmica profissional, podendo condicionar o adequado planeamento dos cuidados a prestar ao bebé, o que pode influenciar a qualidade da interacção com a criança”* Segundo Cunha (1989), as próprias guardas prisionais exercem uma maior vigilância às mães reclusas, o que por sua vez vai interferir no desempenho do papel maternal.

Os autores revelam, também, que as consequências no bem-estar psicológico da criança podem ser graves, uma vez que a criança é afectada pela modificação da rotina diária e a interacção com pessoas.

Se, por um lado, a literatura é unânime relativamente à importância da proximidade e interacção mãe-bebé nos primeiros de vida sendo estes primordiais para estabelecer laços afectivos, criar um vínculo seguro e, sucessivamente, promover um crescimento e desenvolvimento saudáveis; por outro, e de acordo com Serras & Pires (2004), *“as consequências no bem-estar psicológico da criança podem ser graves uma vez que a reclusão da mãe e, conseqüentemente da criança, vai implicar uma modificação nas rotinas diárias, mas sobretudo uma alteração da interacção com as pessoas mais significativas”*.

É fundamental salientar que estas crianças estão, também elas, privadas do relacionamento com pessoas próximas e significativas (família) e de uma série de ambientes, experiências e vivências tão importantes para o seu desenvolvimento. Ou seja, não nos podemos esquecer que estas crianças, *“para além de viverem num contexto prisional, fechado e depressivo, encontram-se privadas de contactos regulares com o progenitor ou com qualquer outra figura masculina”* (Serras & Pires, 2004).

Contudo, mesmo com todas as imposições, limitações e obstáculos enunciados anteriormente Serras & Pires (2004) salientam que para estas crianças, *“o ambiente prisional, é o único meio que terão acesso num período da sua vida em que a qualidade das experiências vividas se torna crucial e de extrema importância*. Para estes autores, todos estes factos, levam a considerar o contexto prisional como uma situação de risco para a mãe reclusa e para a criança e, mais especificamente, para o desempenho da maternidade.

Mais tarde, assim que a criança atinge os três anos de idade, o processo de separação criança-mãe efectua-se. A partir dessa data surgem duas opções, ou a criança vai para a família de suporte se esta for estruturada ou é, mais uma vez, institucionalizada. Se a opção for a institucionalização, estas crianças são encaminhadas para o Centro de Acolhimento Temporário “Casa da Criança de Tires”, em Cascais, até completarem os 10 anos.

É o recomeçar, de novo, uma vida que não pára!

2.5. Problemas de Investigação

Tendo em consideração todas as referências aqui apresentadas inerentes à importância da criação de uma relação de vinculação entre mãe-bebé e a influência e impacto desta nas relações futuras da criança; considera-se que o contexto prisional, por todas as características limitativas que suporta poderá influenciar esta mesma relação de vinculação, nomeadamente, “impedindo” a mãe de desenvolver uma relação de vinculação segura com a sua criança.

Entende-se, desta forma, ao estudar este tema de uma especificidade, ao mesmo tempo tão abrangente, colocar os seguintes problemas de investigação:

- O fato de viverem em contexto prisional vai influenciar/interferir, pelo conjunto de características que o representa, a qualidade de vinculação para com o seu filho?
- Qual dos três padrões de vinculação – Segura, Ansiosa, Evitante – é a que predomina na amostra mães reclusas?

Assim, tendo em consideração todos os limites e implicações que parecem surgir entre a diáde, e assumindo a qualidade da relação entre mãe e filho um carácter central, considera-se fundamental neste projeto, com a recolha de dados através dos instrumentos de avaliação seleccionados, perceber quais são os sentimentos e as percepções das mães reclusas relativamente a esta temática. Possibilitando, posteriormente, intervir junto das mães reclusas trabalhando as dificuldades encontradas e a minora-las, fazendo assim com que a relação de vinculação seja desenvolvida de forma harmoniosa e saudável.

3. MÉTODO

3.1. Características do Estudo

O presente projeto de investigação tem como objetivo permitir um olhar sobre a forma como mãe reclusa desempenha o seu papel enquanto figura de vinculação com o seu bebé e sobre a qualidade desta relação de vinculação mãe-bebé tendo em conta todas as limitações e rotinas que, tão bem, caracterizam estas instituições. E, se se pensar no quão importante é a qualidade dos laços e vínculos entre mãe-bebé, também o é, a posterior influência dessa relação no bebé que um dia será mãe, tal como sublinha Canavarro (2001) “(...) *maternidade e gravidez assumem-se como um constructo que tem por base as experiências de vinculação durante a infância e adolescência*”.

Será, nesta continuidade, aplicado às mães – reclusas e não reclusas - que constituem a amostra do projeto de investigação: o *Maternal Self-Report Inventory* avalia os fatores que afetam a autoestima materna; a *Escala de Sentimentos e Atitudes Maternas* vai avaliar os sentimentos maternos e as atitudes educativas de mães de bebês em idade pré-escolar e a *Escala de Vinculação do Adulto* avalia a qualidade de vinculação do adulto. Inicialmente vai, também, ser distribuída uma ficha de dados sociodemográficos.

Sendo objetivo crucial do projeto compreender se o contexto prisional, por todas as condições que apresenta, vai influenciar a qualidade da relação de vinculação mãe-bebê não faz outro sentido senão o de comparar este grupo específico com outro que não esteja em situação de reclusão. Considerando o projeto que se pretende desenvolver, entende-se que um estudo comparativo e diferencial será o mais adequado.

Prevê-se que, tendo em conta fatores relevantes como a disponibilidade dos sujeitos da amostra, a duração do preenchimento dos quatro inventários de forma individual, bem como, a distância entre o espaço físico das instituições (Estabelecimentos Prisionais e Creches), que o tempo necessário para se desenvolver o presente projeto de investigação de forma completa e adequada será de um ano.

Este estudo tem interesse, sobretudo, em contribuir para compreender se o contexto prisional influencia, pelo conjunto de características que o representa, a forma como a mãe vai estabelecer/criar um vínculo afetivo seguro com o bebê, nos seus três primeiros anos de vida. O projeto marca, ainda, a sua importância na medida em que poderá servir de continuidade para outras investigações que poderão mostrar-se mais ricas, complexas e abrangentes, designadamente, com a recolha de informação através de observação de comportamentos e de relações e interações entre mãe-bebê. Ou ainda, propor entrevistas às reclusas para perceber quais as necessidades sentidas.

3.2.Participantes

Serão, inicialmente selecionados dois Estabelecimentos Prisionais (EP), unicamente, pelas características similares que apresentam, são EP Especiais, e são condição crucial para presente estudo. O Estabelecimento Prisional de Tires (EPT) localizado em São Domingos de Rana e o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (EPSCB) em Matosinhos.

O estudo vai ser formado por uma amostra representativa de 60 sujeitos do sexo feminino, dividida em dois grupos. Um grupo (Grupo 1) será constituído por uma amostra representativa da população mulheres reclusas, com filhos até aos 3 anos de idade, com nacionalidade portuguesa, de etnia caucasiana e pertencentes de um meio socio-económico desfavorecido. O

outro grupo (Grupo 2), vai ser constituído por mulheres não reclusas, com nacionalidade portuguesa, de etnia caucasiana e pertencentes de um meio socio-económico desfavorecido.

O estatuto socio-económico, nacionalidade e etnia vão ser tidos em consideração na selecção da amostra para os dois grupos do estudo, para se tentar o mais possível a homogeneidade das características dos sujeitos do grupo.

Em relação à caracterização das participantes vão ter-se em conta as seguintes variáveis: idade, estado civil, habilitações académicas, número de filhos até aos três anos de idade, padrões de vinculação (Segura, Ansiosa e Evitante), auto-estima, percepções, atitudes e sentimentos maternos.

3.3 Instrumentos

O protocolo de investigação será constituído por uma ficha de dados demográficos onde constarão questões diretas para as variáveis seleccionadas; pelo IPM (Inventário de Percepções Maternas, 1999), pelo MSRI (Maternal Self-Report Inventory, forma abreviada, 1988), pela EASM (Escala de Atitudes e Sentimentos Maternos, 1999) e pela EVA (Escala de Vinculação do Adulto, 1995).

Os dados demográficos vão ser avaliados através de um questionário construído para testar os grupos em estudo (mães reclusas e mães não reclusas). O questionário vai começar por apresentar sucintamente o âmbito do projeto de investigação e o seu principal objetivo e, inclui factores como (1) idade, (2) estado civil, (3) habilitações académicas e (4) número de filhos até aos três anos de idade. O questionário ressalva, também, a sua confidencialidade e o carácter voluntário da participação.

3.3.2 Inventário de Percepções Maternas

O Inventário de Percepções Maternas (Pimentel, 1999) é uma versão portuguesa adaptada ao Inventario de Percepciones Maternas (IPM) de Atkin, Olvera, Givaudan e Landeros (1991). O Inventário foi concebido por um conjunto de investigadores que tinham como objectivo a realização de um estudo sobre a interacção mãe-bebé, sua relação com as percepções maternas e com o desenvolvimento do bebé. Este instrumento é composto por 12 itens utilizados sob a forma de uma escala de *Likert* que varia desde a opção 1 *muito ou quase sempre*, à opção 3 *pouco ou quase nada* e, ainda faz parte do inventário um espaço para comentários em cada um dos itens. Os valores totais do IPM variam entre 12 e 36.

3.3.3 Maternal Self-Report Inventory

O Maternal Self-Report Inventory (forma abreviada) tem como autores originais Shea e Tronick (1988) e, tem como objectivo avaliar os factores que afectam a auto-estima materna. A sua versão original é constituída por 100 itens, porém, dada a dificuldade da sua aplicação pela sua extensão, os mesmos autores desenvolveram posteriormente uma forma abreviada, com apenas 26 itens considerados pelos autores como altamente correlacionados com os resultados da totalidade do inventário, abrangendo apenas as primeiras cinco (das sete) dimensões da versão original.

As dimensões da forma abreviada são: capacidade para cuidar do bebé; capacidade e preparação geral para a função materna; aceitação do bebé; relação esperada com o bebé; sentimentos respeitantes à gravidez, trabalho de parto e parto. As dimensões do Inventário exploram os sentimentos de competência/incompetência da mãe face aos cuidados a prestar ao recém-nascido, quer do ponto de vista físico, quer emocional, a sua capacidade e confiança para assumir a função materna, adaptação ao seu bebé real, a satisfação obtida na relação com o seu bebé, bem como os sentimentos com que viveram a gravidez e o parto.

Os itens de cada dimensão foram misturados aleatoriamente no inventário, obtendo-se para cada dimensão itens positivos e negativos, com o fim de evitar estereótipos nas respostas. Este instrumento utiliza-se sob a forma de uma escala de *Likert* de cinco pontos que varia entre: *completamente falso ou discordo completamente* e *completamente verdadeiro ou concordo completamente*, correspondendo a pontuação mais baixa a uma baixa auto-estima.

Da análise dos trabalhos experimentais realizados pelos autores, pode concluir-se que este instrumento apresenta uma boa validade interna e correlação significativa com outros instrumentos semelhantes.

3.3.4 Escala de Sentimentos e Atitudes Maternos

Quanto à Escala de Sentimentos e Atitudes Maternos (Pimentel, 1999) apresenta-se na versão portuguesa adaptada do Maternal Child-Care Attitudes and Feelings (EMKK) de Codrenau (1984) citada por Engfer & Gravanidou (1986) e por Alonso (1991). Esta escala é um instrumento de autoavaliação que avalia os sentimentos maternos e as atitudes educativas de mães de bebés em idade pré-escolar.

A escala original consta de 121 itens abrangendo nove dimensões. Para o estudo foi utilizada a escala adaptada composta por 36 itens de formato de resposta directa. Cada item tem cinco possibilidades de resposta utilizadas sob a forma de escala de *Likert* de cinco pontos: *completamente falso ou discordo completamente* até *completamente verdadeiro ou concordo completamente*,

correspondendo a pontuação mais elevada à maior intensidade nas atitudes e sentimentos avaliados em cada sub-escala, o que tem significado diferente- positivo ou negativo- consoante o sentimento que está a ser avaliado.

Os itens da Escala de Sentimentos e Atitudes Maternos formam cinco sub-escalas: Satisfação com a Criança (itens um, 10, 17, 27, 34 e 35), Sobrecarga (itens dois, sete, 11, 18, 21, 28 e 31), Frustração em Relação ao Papel Maternal (itens três, oito, 12, 14, 22, 25, 29, 30, 32), Ansiedade Excessiva (itens cinco, 15, 23, 26 e 33) e Tendência Depressiva (itens quatro, seis, nove, 13, 16, 19, 20, 24, 36). O total desta escala varia entre 36 e 180 valores.

4.3.Procedimento

Para a concretização do presente estudo será, inicialmente, realizado um pedido de autorização para recolha de dados ao Diretor da Direção Geral da Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (DGRSSP) (Anexo I) e aos responsáveis pelas Creches (localizadas no distrito de Santarém) (Anexo II) de onde irão participar o grupo de mães não reclusas.

No documento elaborado para ambas as situações, DGSP e Instituições, serão referidos os objetivos gerais do estudo e os procedimentos a utilizar, as garantias relativas ao anonimato, a confidencialidade das respostas, como também, a liberdade dos sujeitos desistirem da participação no estudo sem qualquer problema para o sujeito, respeitando todas as regras éticas e deontológicas inerentes à investigação em Ciências Humanas.

Considerando que o pedido é aceite, e após autorização para dar início à recolha de dados no EP de Tires, no EP de Santa Cruz do Bispo e nas Creches poderá, juntamente, do responsável do EP ou da Creche combinar-se um atendimento onde serão clarificados os objetivos e metodologias da investigação e/ou outras informações que se considerem úteis e pertinentes para a realização do projeto. Nesse mesmo momento, será definido um horário e um espaço a utilizar com as intervenientes do projeto. Este será o mesmo procedimento efetuado para as Creches do distrito de Santarém, ou seja, inicialmente será feito um pedido autorização à direção e, após autorização concedida e em horário a combinar serão as mães, que aceitarem participar no projeto de investigação, a assinarem uma declaração de consentimento informado. Será, ainda, mencionado nas duas situações (mães reclusas e mães não reclusas) a importância de responder com sinceridade de forma a não invalidar o estudo, bem como, a inteira liberdade para desistir a qualquer momento.

Seguidamente, já nos locais onde serão recolhidas as amostras, e uma vez consentida a colaboração e participação das participantes do projeto, vão ser explicados os objetivos deste e, esclarecer eventuais dúvidas. O protocolo de avaliação será, então, passado individualmente: ficha

de dados sociodemográficos, *Inventário de Percepções Maternas Maternal*, *Self-Report Inventory* e *Escala de Sentimentos e Atitudes Maternas*.

Em relação às limitações do presente projeto pode considerar-se que as respostas aos protocolos de avaliação poderão ser enviesadas pela desejabilidade social, isto é, as reclusas responderem de acordo com o que consideram socialmente correto e aceite. Outra limitação, poderá ser o fato de não haver controlo da variável idade e, nesta perspectiva são diversos os estudos que apontam para diferenças significativas quando a maternidade é assumida por mães adolescentes.

Quanto a estudos futuros nesta temática, seria de todo interessante e mais enriquecedor completar com a recolha de informações/dados através da observação direta da dinâmica relacional mãe-bebé, bem como, através de uma entrevista com as mães.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. (2000). *Infant-mother attachment*. In Craig, V. (Eds.) *Childhood social development: the essential readings*. Malden: Blackwell Publishers.
- Algranti, L. (1994). À sombra dos círios: o cotidiano das mulheres reclusas no Brasil colonial. Cadernos Condição Feminina. *Congresso Internacional O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa - Actas II*. Edição: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. (pp. 467-475).
- Benavente, R., Justo, J., Veríssimo, M. (2009) Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar. *Análise Psicológica*. (1) 21-31
- Bower, T. (1983). Uma introdução ao desenvolvimento da primeira infância. Psicologia e Pedagogia. Moraes Editores.
- Bowlby, J. (1979). *The Making & Breaking of Affectional Bonds*. Tavistock Publications. 1.st Edition. (pp. 1-5, 103-111).
- Bowlby, J. (1981). *Attachment and Loss. Vol I: Attachment*. Penguin Books Editor. (pp. 221-227, 240-249).
- Bowlby, J. (1982). O vínculo, a separação e a perda afectiva e os cuidados maternos e a saúde mental. I Seminário de Formação Continuada. Associação Sócio-Pedagógica Galega (org). Galiza Editora.
- Bowlby, J. (1984). *Apego. Vol I, da trilogia Apego e Perda*. Editor Martins Fontes. (pp. 252-259, 351-361, 193-223).
- Bowlby, J. (1998). *A secure base clinical applications of attachment theory*. Routledge Editor. (pp. 1-38).
- Brazelton, T., Cramer, B. (1989). *A relação mais precoce. Os pais, os bebés e a interação precoce*. Terramar Editora.
- Brazelton, T. (1992). *Tornar-se família. O crescimento da vinculação antes e depois do nascimento*. Terramar Editora.
- Canavarro, M. (Ed.), Soares, I (2001). *Psicologia da Gravidez e da Maternidade. Gravidez e Maternidade na Adolescência: Perspectivas Teóricas*. Coimbra: Quarteto Editora. (pp. 17-46, 75-100 e 323-353).

- Cecília, A. (2009). *Comportamentos Interactivos Maternos e Envolvimento da Criança*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Edição Fundação Calouste Gulbenkian. (pp. 29-60).
- Cunha, M. (1994). Malhas que a reclusão tece: Questões de identidade numa prisão feminina. *Cadernos do CEJ*. (pp. 28-34, 65-71 e 154-157).
- Cunha, M. (2002). *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Fim de Século Edição.
- Cunha, M. (1989). Prisão feminina como ‘ilha de Lesbos’ e ‘escola do crime’: Discursos, Representações, Práticas. *Cadernos do CEJ*. (pp. 163-184).
- David, M. (1977). *A criança dos 0 aos 16 anos – Vida afectiva, problemas familiares*. (6ª. Edição). Moraes Editores (pp. 16-19)
- Dores, A. (2003). A Modernização das Prisões. *Um debate que apenas começa, Prisões na Europa*. (pp 77-89). Celta Editora
- Eisenberg, N, Damon, W., Lerner, R. (?). The development of the Person: Social Understanding, Relationships, Conscience, Self. *Handbook of Child Psychology. Social, Emocional and Personality Development*. (6.ª ed) (pp. 65). New York: The Guilford Press
- Ferreira, A., Vicente, M., Melo, R. (1994). Projecto Prisões. *1.ª Jornada sobre “Toxicoddependência em Meio Prisional*. Centro das Taipas Recuperação de Toxicoddependências. Colectânea de Textos Editora (pp. 177-180)
- Especial 2000. No Lumiar do século XXI. *Prisões em Revista*. DGRS, 10-16 (Ano 4, n. 14)
- Gonçalves, R. (1987). Educar e Unir. A Prática da Psicologia em Ambiente Prisional. In Cruz, J., Gonçalves, R., Machado, P. (ed), *Psicologia e Educação. Investigação e Intervenção*. (pp. 569-577). Edição: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Gonçalves, R. (2000). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Editora: Coimbra Quarteto
- Gleitman, H. (1999). Psicologia. (4ª. Edição). Edição Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Educação (pp. 533-536)
- Marrone, M., Diamond, N., Júri, L. (2001). *La Teoria del Apego. Un enfoque atual*. Psimática Editor, 1.ª Edição. (pp. 115-121).
- Monteiro, L., Veríssimo, M. (2010). *Análise do fenómeno de base segura em contexto familiar: a especificidade das relações criança/mãe e criança/pai*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Edição Fundação Calouste Gulbenkian (pp 22-29, 64-67)

- Montessori, M., (1977). *L'Enfant*. (10e édition). Desclée de Brouwer. (pp. 154-155).
- Nery, I. (2012). *As prisioneiras. Mães Atrás das Grades*. Plátano Editora
- Nóbrega, F. (2005). *Vínculo Mãe/Filho*. Revinter Edições. (pp. 54-59, 89-97, 107-111 e 135-147).
- Pimentel, J. (1999). *Um bebé diferente: da individualidade da interação à especificidade da intervenção*. (2.^a ed., pp 94-99). Secretariado Nacional para a Reabilitação e Interação das Pessoas com Deficiência.
- Portela, C. (2007). Psicologia diferencial: Os vários temas deste ramo da psicologia. Trabalho de Licenciatura. Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. ([in http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0107.pdf](http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0107.pdf))
- Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C., Magarinho, R. (2004). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas. Estudo com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*, (4), 643-665
- Sá, E. (2004). A complementaridade das competências mãe-bebé. In Relvas, A., Alarcão, M., Sá, E. (Ed), *A maternidade e o bebé*. Fim de Século Editora. (pp. 13-19).
- Sá, L. (1997). Visita guiada ao estabelecimento prisional de Tires. Ser mulher na prisão. *Prisões em Revista*. DGRS. (pp. 17-23, Ano 1, n.º 3).
- Serras, D., Pires, A. (2004). Maternidade atrás das grades: Comportamento parental em contexto prisional. *Análise Psicológica*, (2), volume 22. (pp. 413-425)
- Soares, I. (Org.) (2006). Contributos da investigação para o estudo da vinculação. Psicologia. Revista Semestral da Associação Portuguesa de Psicologia. Vol XX, N.º 1. (pp. 11-33, 155-181).Edições Colibri.
- Sousa, S. (2004). Estilos de comunicação pais-bebé. Coleção Psicológica 18. (pp. 61-73) Climepsi Editores.
- Vaz. M. (X). Prisões de Lisboa no último quartel do século XIX. In Dores, A. (org) *Um debate que apenas começa, Prisões na Europa*. (pp. 11-20) Celta Editora.
- Vasco, A. (Org.) (2005). Tembríos, mapas e movimentos de conceptualização de caso. N.º 30. (pp. 279-303) Psychologica Edição.
- Veríssimo, M., Monteiro, L., Vaughn, B., Santos, A., Waters, H. (2005). Coordenação entre o modelo dinâmico interno da mãe e o comportamento de base segura dos seus filhos. *Análise Psicológica*, (2), 85-95

Veríssimo, M., Monteiro, L., Vaughn, B., Santos, A. (2003). Qualidade da vinculação e desenvolvimento sócio-cognitivo. *Análise Psicológica*, (4), 419-430

Veríssimo, M., Santos, A. (2008). Desenvolvimento Social: algumas considerações teóricas. *Análise Psicológica*, (3), 389-394

Rosa, J.& Sousa, S. (Coord.), Veríssimo, M., Monteiro, L., Santos, A. (2006). Caderno do bebé. (pp 73-83) Fim de Século Edições.

Relatório de Actividades de 2010. Estabelecimento Prisional de Tires. Ministério da Justiça – Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Volume II (<http://www.dgsp.mj.pt>)

Endereços:

<http://www.casadacriancatires.net>

Outras pesquisas:

Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade
- Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro

Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais
- Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de Abril

ANEXOS

ANEXO I

Pedido de autorização à Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais (DGRSSP)



EXMO. SR.º DIRETOR DA DIREÇÃO GERAL DE
REINserÇÃO SOCIAL E SERVIÇOS PRISIONAIS
TRAVESSA DA CRUZ DO TOREL, Nº1
1150-122 LISBOA

ASSUNTO: **Pedido de autorização**

Sou aluna do 2º ano do Mestrado de 2º Ciclo em Psicocriminologia do Instituto Superior de Psicologia Aplicada e em virtude do meu projeto de investigação, intitulado '**Estudo da relação de vinculação mãe-bebé em mães reclusas e mães não reclusas**', no âmbito do desenvolvimento da Dissertação de Mestrado, venho desta forma solicitar a V. Ex.ª autorização para fazer a recolha de dados no Estabelecimento Prisional de Tires e no Estabelecimento Prisional de Santa cruz do Bispo.

A recolha dos dados envolve a aplicação de uma ficha de dados demográficos e três escalas de avaliação às mães reclusas que aceitem participar neste projeto, após assinatura prévia de um consentimento informado.

É, ainda de referir que toda a informação recolhida será confidencial, não sendo revelado qualquer dado que possibilite a identificação das reclusas.

Agradeço desde já a atenção disponibilizada e aguardo resposta ao solicitado.

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa, _____ de _____ de _____

(Sara Filipa de Oliveira Henrique, Aluna)

(Professora Doutora Maria Gouveia Pereira, Orientadora)

ANEXO II

Pedido de autorização aos responsáveis pelas Creches



EXMO. SR.º DIRETOR DA CRECHE X

0000-000 _____

ASSUNTO: **Pedido de autorização**

Sou aluna do 2º ano do Mestrado de 2º Ciclo em Psicocriminologia do Instituto Superior de Psicologia Aplicada e em virtude do meu projeto de investigação, intitulado **‘Estudo da relação de vinculação mãe-bebé em mães reclusas e mães não reclusas’**, no âmbito do desenvolvimento da Dissertação de Mestrado, venho desta forma solicitar a V. Ex.ª autorização para fazer a recolha de dados nesta Instituição. Os dados pretendidos serão recolhidos junto das mães com filhos até aos três anos de idade, que queiram participar neste projeto.

A recolha dos dados envolve a aplicação de uma ficha de dados demográficos e três escalas de avaliação após assinatura prévia de um consentimento informado.

É, ainda de referir que toda a informação recolhida será confidencial, não sendo revelado qualquer dado que possibilite a identificação da Instituição ou das mães participantes.

Agradeço desde já a atenção disponibilizada e aguardo resposta ao solicitado.

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa, _____ de _____ de _____

(Sara Filipa de Oliveira Henrique, Aluna)

(Professora Doutora Maria Gouveia Pereira, Orientadora)

ANEXO III

Declaração de Consentimento Informado às mães reclusas do Estabelecimento Prisional de Tires e do Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo



Declaração de Consentimento Informado

Aceito participar, voluntariamente, na recolha de dados para projeto de investigação, intitulado 'Estudo da relação de vinculação mãe-bebé em mães reclusas e mães não reclusas' inserido no 2º ano do Mestrado de 2º Ciclo em Psicocriminologia do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, e declaro que me foi dada informação sobre a **privacidade** e **confidencialidade** de toda a **informação recolhida**, bem como, natureza da relação, limites éticos e legais.

_____, ____ de _____ de _____

(A participante)

ANEXO IV

Declaração de Consentimento Informado às mães com filhos nas Creches



Declaração de Consentimento Informado

Aceito participar, voluntariamente, na recolha de dados para projeto de investigação, intitulado 'Estudo da relação de vinculação mãe-bebé em mães reclusas e mães não reclusas' inserido no 2º ano do Mestrado de 2º Ciclo em Psicocriminologia do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, e declaro que me foi dada informação sobre a **privacidade** e **confidencialidade** de toda a **informação recolhida**, bem como, natureza da relação, limites éticos e legais.

_____, ____ de _____ de _____

(A participante)

ANEXO V

Ficha de dados sociodemográficos

1. Data de Nascimento: ____/____/____

2. Estado Civil:

Solteira Casada União de fato Divorciada Viúva

3. Naturalidade: _____

4. Habilitações Acadêmicas: _____

5. Experiência Profissional: _____

6. Número de filhos: _____

ANEXO VI

Inventário de Percepções Maternas

Atkin, Olvera Givaudan e Landeros (1991)
Adaptado por Pimentel (1999)

	Muito/ Quase Sempre	Assim Assim	Pouco/ Quase Sempre	Comentários
1.Acha que o(a) seu (sua) filho (a) chora.				
2.Acha que o(a) seu(sua) filho(a) é difícil de acalmar.				
3.Acha que o(a) seu(sua) filho(a) consegue acalmar-se sozinho.				
4. Acha que o(a) seu(sua) filho(a) tem dificuldades com a alimentação (mamar/biberão/outra).				
5. Acha que o(a) seu(sua) filho(a) bolsa ou vomita.				
6.Acha que o(a) seu(sua) filho(a) tem dificuldades com os intestinos				
7.Acha que o(a) seu(sua) filho(a) tem dificuldades em adormecer.				
8.Acha que o(a) seu(sua) filho(a) tem dificuldades em dormir por períodos prolongados.				
9.Acha que é difícil prever os ritmos de sono e alimentação do(a) seu(sua) filho(a).				
10.Acha que o(a) seu(sua) filho(a) consegue estar atento(a) e alerta.				
11.Acha que o(a) seu(sua) filho(a) é ativo.				
12.Acha que o(a) seu(sua) filho(a) é rabugento(a).				

ANEXO VII

Maternal Self-Report Inventory (forma abreviada)
E. Shea & Edward Z. Tronick (1988)

	Discordo completamente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo completamente
1. Achei a experiência de parto uma das mais agradáveis que tive até agora.					
2. Penso que serei uma boa mãe.					
3. Tenho a certeza que terei uma relação próxima e boa com o(a) meu(minha) filho(a).					
4. Não tenho muita confiança na minha capacidade para ensinar coisas novas ao(à) meu(minha) filho(a).					
5. Estar à espera do meu(minha) filho(a) deu-me mais prazer do que, de fato, tê-lo(a).					
6. Tenho reais dúvidas sobre se o(a) meu(minha) filho(a) se vai desenvolver normalmente.					
7. Achei a experiência de parto assustadora e muito desagradável.					
8. Preocupo-me muitas vezes pensando que posso ser esquecida e fazer com que alguma coisa má aconteça à minha criança.					
9. Tenho confiança que serei capaz de lidar com os problemas normais que possam surgir com o(a) meu(minha) filho(a).					
10. Estou preocupada pensando que posso ter dificuldades em perceber as necessidades do(a) meu(minha) filho(a).					
11. Preocupo-me pensando se o(a) meu(minha) filho(a) gostará de mim.					
12. Espero não me importar de ficar em casa a tratar do(a) meu(minha) filho(a).					
13. Achei a experiência de parto muito excitante.					

14. Preocupo-me quando penso se o(a) meu(minha) filho(a) se desenvolverá normalmente.					
15. Duvido que o(a) meu(minha) filho(a) venha a gostar de mim tal como eu sou.					
16. Sinto-me mesmo deprimida quando penso em tudo que uma mãe tem de fazer.					
17. Preocupo-me quando penso que não saberei o que fazer se o(a) meu(minha) filho(a) ficar gravemente doente.					
18. É-me difícil saber o que o(a) meu(minha) filho(a) quer.					
19. Acho que toda a experiência do parto foi uma das melhores da minha vida.					
20. Tenho medo de ser esquisita e desajeitada a tratar do(a) meu(minha) filho(a).					
21. Tenho confiança em que serei capaz de ensinar coisas novas ao(à) meu(minha) filho(a).					
22. Tenho confiança em que o(a) meu(minha) filho(a) será forte e saudável.					
23. Acho que serei “boa” a tratar do(a) meu(minha) filho(a).					
24. Sei o suficiente para ser capaz de ensinar ao(à) meu(minha) filho(a) muitas coisas que terá que aprender.					
25. Estou preocupada por não saber se serei capaz de dar ao(à) meu(minha) filho(a) tudo o que ele(a) emocionalmente precisa.					
26. Estou confiante que o (a) meu (minha) filho(a) vai gostar muito de mim.					

ANEXO VIII

Escala de Atitudes e Sentimentos Maternos

Codrenau (1984)

Adaptado por Pimentel (1999)

	Discordo completamente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo completamente
A1. Quando o(a) meu(minha) filho(a) chora, nunca sei o que se passa com ele(a).					
B2. Por mais que me esforce, tenho dificuldades em tratar do(a) meu(minha) filho(filha).					
C3. Com o(a) meu(minha) filho(a) não tenho um minuto de descanso.					
E4. Desde o parto fiquei muito mais nervosa.					
D5. Estou sempre com medo que possa acontecer alguma coisa com o(a) meu(minha) filho(a)					
E6. Desde que o(a) meu(minha) filho(a) nasceu, sinto-me interiormente muito tensa.					
B7. Há dias em que me sinto à beira de um esgotamento.					
C8. Não me importo de ter de orientar todo o meu dia em função do(a) meu(minha) filho(a).					
E9. Por vezes a minha vontade é esquecer todos os problemas.					
A10. Estou feliz porque já vi que o(a) meu(minha) filho(a) aprende coisas novas.					
B11. Às vezes perco a calma mesmo com pequenas coisas.					
C12. Nos primeiros tempos, a única coisa que se pode fazer com um bebé é dar-lhe de comer, mudar-lhe as fraldas e deixá-lo em paz.					

E13. Nos últimos tempos choro mais vezes.					
C14. Nunca pensei que a vida com o(a) meu(minha) filho(a) fosse tão cansativa.					
D15. Muitas vezes tenho dúvidas se faço tudo como deve ser para o(a) meu(minha) filho(a).					
E16. Sinto-me completamente sozinha com os meus problemas.					
A17. Sei muito bem consolar o(a) meu(minha) filho(a) quando ele(a) chora.					
B18. Quando o(a) meu(minha) filho(a) chora sem parar, eu fico tão tensa que só me apetece gritar e abaná-lo(a) para ver se ele(a) se cala.					
E19. Tenho a impressão que faço sempre qualquer coisa errada em relação ao(à) meu(minha) filho(a).					
E20. Ninguém se lembra que eu também preciso de apoio.					
B21. Se o(a) meu(minha) filho(a) chora sem parar, eu só tenho vontade de chorar também.					
C22. Às vezes não suporto o(a) meu(minha) filho(a).					
D23. Muitas vezes de noite levanto-me só para ver se o meu(minha) filho(filha) está a respirar.					
E24. Sinto-me exausta.					
C25. Gostava de passar uns dias sem o(a) meu(minha) filho(a).					
D26. Às vezes penso que posso perder o(a) meu(minha) filho(a).					
A27. Às vezes sinto-me zangada com o(a) meu(minha) filho(a).					
B28. É um alívio quando o(a) meu(minha) filho(a) está a dormir.					
C29. Às vezes, ponho-me a pensar que era melhor não ter tido filho nenhum.					

C30. Às vezes nem consigo dormir de noite, só de pensar que pode acontecer alguma coisa com o(a) meu(minha) filho(a).					
B31. Aconteça o que acontecer nunca perco a calma com o(a) meu(minha) filho(a).					
C32. Desde que o(a) meu(minha) filho(a) nasceu nunca mais pude fazer aquilo que me dá prazer.					
D33. Às vezes quando estou a tratar do(a) meu(minha) filho(a), tenho medo de o magoar.					
A34. Acho que o(a) meu(minha) filho(a) se sente bem comigo.					
A35. Dá-me imenso prazer brincar com o(a) meu(minha) filho(a).					
E36. Não consigo deixar de pensar que no fundo não sou uma boa mãe.					